



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2025.000004802-8

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **sustentação continuada** do Portal institucional do CREA-RS, compreendendo manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, suporte editorial e **criação/desenvolvimento e implantação sob demanda, 1 (uma) vez ao ano**, a critério da Administração, podendo contemplar o **redesign do portal institucional**, a **modernização de layout** ou a **criação de novos portais ou microsites institucionais**, conforme fases e prazos definidos neste Termo de Referência.

FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação ora proposta visa garantir a continuidade dos serviços de manutenção, atualização e evolução do portal institucional do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS. O atual contrato, firmado com base no processo nº 2021.000004512-7, encontra-se em final de vigência, tendo atingido o limite legal de 48 meses estabelecido para contratos de tecnologia da informação regidos pela Lei nº 8.666/93.

O portal institucional é a principal ferramenta de comunicação do Conselho com os profissionais registrados, empresas, sociedade e imprensa. Por meio dele são disponibilizadas informações sobre legislação, fiscalização, atos administrativos, prestação de contas, serviços ao profissional, ouvidoria, denúncias, além de notícias, publicações e conteúdos de interesse público. A sua manutenção e constante atualização são essenciais para assegurar a transparência administrativa, o cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e para garantir a acessibilidade digital e a boa experiência do usuário.

Trata-se de um serviço de natureza **continuada**, dado que envolve atividades permanentes e indispensáveis à manutenção do portal no ar, com conteúdos atualizados e suporte técnico contínuo. Além disso, prevê-se, quando demandado, o desenvolvimento de um novo portal, com estrutura mais moderna, responsiva e aderente aos padrões atuais de acessibilidade (WCAG 2.1), usabilidade e segurança.

Entre os **benefícios diretos e indiretos** esperados com a contratação estão:

- Maior eficiência na comunicação institucional e prestação de serviços digitais;
- Ampliação do acesso às informações públicas por meio de uma navegação acessível, responsiva e integrada;
- Fortalecimento da imagem institucional do CREA-RS junto à sociedade;
- Atendimento contínuo às obrigações legais de publicidade e transparência ativa.

Crítérios ambientais diretos não se aplicam à presente contratação, por se tratar de serviço digital. Contudo, a execução será feita de forma remota, com uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, sem produção de resíduos físicos ou deslocamentos frequentes, o que contribui indiretamente para práticas sustentáveis.

A contratação está fundamentada em **estudos técnicos preliminares elaborados pela Gerência de Comunicação**, com base na análise da execução contratual atual, nos indicadores de atendimento, e nas demandas evolutivas para modernização do ambiente digital do Conselho.

DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

O objeto desta contratação compreende os serviços continuados de manutenção, atualização e suporte técnico do portal institucional do CREA-RS, bem como o desenvolvimento e implantação de um novo portal, quando demandado, com base nas especificações técnicas a seguir:

3.1 – Manutenção e Atualização do Portal Atual (Serviço Mensal)

- O portal atual é desenvolvido em linguagem PHP e utiliza banco de dados MySQL.
- Está hospedado em servidor Linux com servidor de aplicação Apache.
- Possui sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS).
- O layout atual deverá permanecer em uso até aprovação de novo projeto, com adaptações de responsividade para dispositivos móveis.
- As atividades de manutenção compreendem a atualização de conteúdos, correções de falhas, melhorias evolutivas e suporte técnico conforme níveis de criticidade estabelecidos.
- Para fins de dimensionamento da proposta, a contratada deverá considerar uma disponibilidade mínima de 170 horas técnicas, por mês, para atendimento das demandas de sustentação e manutenção do portal.

3.2 – Desenvolvimento de Novo Portal (Sob Demanda)

Quando solicitado, a contratada deverá apresentar proposta, projeto e implantar novo portal institucional, observando os seguintes marcos:

Fases de entrega:

- Apresentação de pré-projeto contendo estratégias, justificativas e layouts do novo portal e portais secundários como o de entidades, creajr, instituições de ensino, etc.
- Entrega do projeto gráfico (menu, cores, hierarquia de informações) em até 30 dias para aprovação da Gerência de Comunicação do CREA-RS;
- Após aprovação, o novo portal deverá ser entregue em pleno funcionamento no prazo de até 60 dias.

Requisitos gráficos e de usabilidade:

- Apresentar no mínimo 5 (cinco) telas para validação, incluindo a “home” do portal;
- Alinhamento com boas práticas de UX/UI e SEO;
- Layout responsivo e adaptado para resolução mínima de 1280x800.

3.3 – Funcionalidades Obrigatórias

- CMS com editor visual tipo Rich Text, sem exigência de conhecimento em HTML;
- Gestão de usuários e perfis com diferentes níveis de acesso;
- Revisão editorial antes da publicação dos conteúdos;
- Agendamento e expiração de publicações;
- Criação e uso de templates padronizados (mínimo 5), definidos pelo CREA-RS;
- Área restrita com autenticação de usuários por login e senha;
- Ferramenta de busca interna com indexação de documentos e palavras-chave;
- Estatísticas de acesso por meio de ferramenta própria ou de terceiros, sem custo adicional ao contratante;
- Integração com redes sociais (YouTube, Instagram, Facebook, Twitter/X, Flickr, LinkedIn);
- Inserção de links para vídeos e áudios institucionais, banners rotativos e chamadas visuais na homepage;
- Mecanismo de pesquisa de satisfação com perguntas customizáveis e relatórios estatísticos integrados ao CMS;
- Sistema de publicação de notícias via RSS (Really Simple Syndication).

3.4 – Requisitos Técnicos e de Infraestrutura

- Compatibilidade com o **ambiente tecnológico atualmente utilizado pelo CREA-RS** (servidor Linux e banco de dados relacional), admitidas **soluções equivalentes tecnicamente** desde que atendidos os requisitos de desempenho, segurança, acessibilidade e **sem necessidade de aquisição de licenças adicionais** pelo Contratante.
- Compatibilidade com os navegadores modernos (Chrome, Firefox, Edge, Safari – versões atualizadas);
- Interface de administração e manuais em português;
- Publicação de conteúdo sem necessidade de paralisação do sistema;
- Armazenamento seguro de arquivos com suporte a Active Directory Services, incluindo definição de direitos de acesso e pastas organizadas por critérios técnicos;
- Disponibilidade de função “ajuda/contexto” (help) nas interfaces administrativas;
- Possibilidade de configurar aparência visual dos canais (tipografia, cores, identidade visual);
- Permitir revisão de conteúdo por usuário distinto do redator antes da publicação.

3.5 – Normas Técnicas e Padrões de Qualidade

- A solução deve seguir as diretrizes técnicas do W3C (HTML5, CSS3, XML);
- Cumprimento das recomendações de acessibilidade WCAG 2.1, nível AA;
- Adoção das boas práticas de segurança digital com base no OWASP Top 10;
- Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);

- Quando aplicável, observar as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 (segurança da informação) e NBR 9241-210 (usabilidade).

3.6 – Garantias e Documentação

- Manual técnico e manual do usuário final em versão digital;
- Relatórios mensais de serviços executados;
- Durante a **vigência contratual**, a Contratada deverá **corrigir não conformidades e falhas** identificadas, sem ônus ao Contratante. Para entregas decorrentes do **novo portal** (itens 3.2 e 3.3), após o aceite em produção, haverá período de **estabilização de 90 (noventa) dias**, com **correção integral** de defeitos e não conformidades, sem custo adicional.
- A contratada será responsável pela transferência completa dos dados e conteúdos existentes no portal atual para a nova plataforma, quando implementada.

3.7 – Classificação do Serviço

Os serviços descritos neste item são caracterizados como **serviço comum**, conforme previsto na legislação vigente, não exigindo desenvolvimento exclusivo ou sob medida, e permitindo ampla competitividade entre fornecedores especializados.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:

O valor estimado para esta contratação, calculado com base na **mediana** dos orçamentos válidos, conforme parecer jurídico e art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, está demonstrado na tabela abaixo:

	Join	DeltaPoint	Fatto
Item 1: Criação do Portal e do layout jornal eletrônico (1x ao ano, sob demanda)	R\$ 6.270,00	R\$ 8.080,00	R\$ 10.000,00
Item 2: Manutenção, atualização das informações e geração de relatórios/mês (170h mensais - 12x ao ano)	R\$ 7.590,00 (Total: R\$91.080)	R\$ 9.900,00 (Total: R\$118.800)	R\$ 13.200,00 (Total: R\$158.400)
TOTAL	R\$97.350,00	R\$126.880,00	R\$ 168.400,00

Os valores refletem a **mediana** dos orçamentos válidos (art. 23, §1º, Lei nº 14.133/2021), conforme parecer jurídico, e constituem **teto máximo de disputa**. O **Item 1** será contratado **por demanda (1x/ano)** e o **Item 2** **anualmente (12x/ano)**.

Deverá ser observado o **valor máximo por item**, sendo o **Item 1** avaliado **por demanda** (valor unitário por criação anual sob demanda) e o **Item 2** avaliado **anualmente** (12 mensalidades de manutenção), sem prejuízo do teto global anual.

Data do orçamento estimado: 29/07/2025

5. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e com base nos empenhos anteriores, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento, e será atendida pela seguinte dotação:

Rubrica Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.005-Serviços de Informática

Disponibilidade Orçamentária: R\$ 130.926,66

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.1 Indicadores de desempenho e critérios de avaliação

A aceitação dos serviços estará condicionada à verificação dos seguintes **indicadores mínimos de desempenho**, aferidos mensalmente por meio de relatório técnico:

- Tempo médio de **início do atendimento** às solicitações classificadas como alta, média e baixa prioridade, conforme os prazos definidos no item 7.3 deste Termo;
- **Disponibilidade do portal**, medida por tempo de uptime mensal (mínimo de 98%); A apuração de disponibilidade **desconsiderará janelas de indisponibilidade imputáveis ao provedor de hospedagem, a terceiros ou a fatos alheios à atuação da Contratada**, desde que **comprovadas e comunicadas** pelo prestador, mantendo-se a obrigação de diagnóstico e reestabelecimento no que couber.
- **Tempo médio de carregamento das páginas principais do portal** (home, áreas de serviços, notícias), inferior a 3 segundos em conexão padrão;
- **Número de falhas técnicas recorrentes** (instabilidade, erros de navegação, falhas em formulários ou recursos), que não deve ultrapassar 2 ocorrências por mês não justificadas;
- **Adesão dos layouts entregues ao projeto previamente aprovado**, com margem de variação de no máximo 10% no escopo visual/funcional.

6.2 Critérios objetivos de reprovação

Serão motivos para **reprovação total ou parcial dos serviços**:

- Entrega de layouts que não correspondam aos elementos aprovados (menus, hierarquia, cores, estrutura);
- Inobservância dos prazos contratuais sem justificativa formal aceita;
- Falta de responsividade do portal em dispositivos móveis;
- Não conformidade com os padrões de acessibilidade digital (WCAG 2.1, nível AA);
- Relatórios técnicos incompletos ou inconsistentes com as entregas realizadas;
- Descumprimento das metas mínimas dos indicadores listados neste item, por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados.

PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

7.1. Vigência e início da prestação dos serviços

Vigência inicial: 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Prorrogação: poderão ocorrer **prorrogações sucessivas, até o limite de 10 (dez) anos de duração contratual** para serviços contínuos, nos termos dos **arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**, condicionadas à vantagem para a Administração, à previsão editalícia e à existência de créditos orçamentários.

A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser **iniciada imediatamente após a assinatura do contrato**, devendo a contratada informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que atrase ou inviabilize o cumprimento dos serviços.

7.2. Local e forma de execução

A execução dos serviços ocorrerá **de forma remota**, com supervisão da Gerência de Comunicação do CREA-RS, com sede na Rua São Luís, 77, Santana - Porto Alegre/RS, ou outro endereço que venha a ser oficialmente indicado.

As atualizações, manutenções e suporte técnico deverão ser prestados **de forma contínua e sob demanda**, conforme as necessidades do CREA-RS.

A contratada deverá apresentar ao CREA-RS **lista com nome e contato dos responsáveis** para acionamento em caso de falhas técnicas, questões de segurança ou dúvidas operacionais.

Qualquer **intervenção ou manutenção que implique inoperância ou alteração nas funcionalidades do portal** deverá ser previamente comunicada à Administração. Em caso de emergências, a comunicação deverá ser imediata.

7.3. Atendimento e classificação de demandas

O atendimento deverá ser realizado em dias úteis, **de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h**, conforme o calendário de Porto Alegre/RS. As solicitações serão classificadas conforme nível de prioridade:

- **Alta prioridade:** até 1 (uma) hora para início da solução (falhas críticas com impacto direto nos serviços prestados);
- **Média prioridade:** até 3 (três) horas para início da solução (falhas parciais ou com impacto moderado);
- **Baixa prioridade:** até 24 (vinte e quatro) horas (demandas que não comprometem a operação do portal).

Os prazos referem-se ao **início do atendimento técnico** (acknowledgment, triagem e início da execução). **Prazos de resolução** serão definidos conforme **complexidade e criticidade** do incidente, devendo constar no **relatório mensal** o histórico de cada chamado.

7.4. Relatórios mensais

Ao final de cada mês, a contratada deverá entregar **relatório de apuração dos resultados**, contendo o detalhamento das atividades executadas, indicadores de desempenho e histórico de atendimentos.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou aditivo.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Indicamos para a fiscalização desta contratação o funcionário Orlan Quinze Dias Romano, matrícula CREA-RS nº 1529, assessor, gerente de Comunicação e lotado na GCOM.

9. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Vigência inicial: 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Prorrogação: poderão ocorrer **prorrogações sucessivas, até o limite de 10 (dez) anos de duração contratual** para serviços contínuos, nos termos dos **arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**, condicionadas à vantagem para a Administração, à previsão editalícia e à existência de créditos orçamentários.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a frequência de uso dos serviços.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA

Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Infrações administrativas

Consideram-se infrações, para fins deste instrumento, sem prejuízo de outras previstas em lei:

- a) inexecução parcial do objeto;
- b) inexecução culposa de etapas críticas ou descumprimento reiterado de prazos;
- c) inexecução total do contrato;
- d) recusa injustificada em corrigir não conformidades apontadas pela fiscalização;
- e) fraude na execução, adulteração de relatórios ou entrega de informações falsas;
- f) prática de atos que atentem contra a ética, a integridade ou a boa-fé contratual;
- g) obstrução da atividade fiscalizatória;
- h) violação grave de obrigações de segurança da informação, **de proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)** ou de confidencialidade.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

12.2.4.2. Para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

12.2.4.3. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

12.2.4.4. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

12.2.4.5. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

12.3. O descumprimento ou cumprimento irregular de normas, de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos e/ou de prazos, autoriza a Administração a extinção do Contrato, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

13.5.1. Comprovação, por meio de um ou mais atestados de capacitação técnica expedidos por pessoas de direito público ou privado, demonstrando que a Licitante tenha fornecido objeto compatível com o licitado.

13.5.1.1. A licitante deverá apresentar 1 (um) gerente de serviços que será o responsável pelo acompanhamento e atendimento das demandas. O profissional deverá possuir formação superior na área de Tecnologia da Informação, experiência em projetos web e **experiência comprovada em gestão de projetos web. Serão aceitas certificações de gerenciamento de projetos (ex.: PMP, PRINCE2 ou equivalente) ou comprovação de experiência equivalente**, a critério da Administração, **vedada** a restrição a marca/certificação específica sem justa causa;

13.5.1.2. A licitante deverá apresentar 1 (um) analista/programador PHP. O profissional deverá possuir formação superior na área de Tecnologia da Informação e experiência em análise e desenvolvimento de projetos web;

13.5.1.3. A licitante deverá apresentar 1 (um) Designer. O profissional deverá possuir formação superior na área de Design e experiência na criação de interfaces para projetos web;

13.5.1.4. A licitante deverá apresentar 1 (um) Arquiteto da Informação. O profissional deverá possuir formação superior na área de Design e experiência na criação de projetos digitais.

14. DEVERES DA CONTRATADA:

14.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.1.1 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

14.1.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

14.1.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

14.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

14.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- (1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- (2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- (3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- (4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- (5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

14.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

14.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

14.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

14.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

14.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

14.1.22 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica necessários para o cumprimento do objeto contratado, sem ônus para o contratante.

14.2 Cessão de Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual

A Contratada cede ao Contratante, de forma total, irrevogável e irretratável, todos os direitos patrimoniais de propriedade intelectual relativos ao objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a, códigos-fonte, estruturas de banco de dados, layout, design gráfico, templates, documentação técnica e quaisquer ativos imateriais criados no escopo do contrato.

O CREA-RS terá plena titularidade sobre esses ativos, podendo utilizá-los, editá-los, atualizá-los, reproduzi-los ou distribuí-los livremente, sem necessidade de nova autorização ou pagamento à contratada.

A cessão inclui o fornecimento de todos os dados e elementos técnicos necessários à operação e manutenção da solução desenvolvida.

14.3 Continuidade dos Serviços – Transição Contratual

Caso haja necessidade de transição para nova empresa contratada ao término da vigência contratual, a CONTRATADA compromete-se a prestar suporte técnico completo e a transferir toda a documentação, arquivos, acessos e conhecimento necessários para assegurar a continuidade dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

15. DEVERES DA CONTRATANTE:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionados:

A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.

A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão (“Tratamento não Autorizado ou Incidente”), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados

A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:

Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.

Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial

Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta

Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS

Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis

Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade

Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade

Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares

Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal

A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido

A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação

O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.

A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor

A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

Este Termo de Referência deverá ser aprovado pela Autoridade Competente, mediante assinatura do Setor Requisitante/Gerência e da Presidência do CREA-RS.

DE ACORDO, AUTORIZA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **ORLAN QUINZE DIAS ROMANO, Assessor(a)**, em 28/10/2025, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO ROBERTO CHAVES, Gestor(a) Institucional**, em 29/10/2025, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 29/10/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **3467980** e o código CRC **CE1BA9EC**.